



COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO
LACES E DESENLACES
VOL. I

 **Atena** Editora

2018

Atena Editora

Comunicação e Educação
Laces e Desenlaces
Vol. I

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C741 Comunicação e educação [recurso eletrônico] : laces e desenlaces /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
335 p. : 11.673 kbytes – (Comunicação e Educação; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 9788593243912
DOI 10.22533/at.ed.912181605

1. Comunicação. 2. Comunicação na educação. 3. Educação.
I. Título. II. Série.

CDD 370.14

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO 1 A COMUNICAÇÃO COMO MERCADORIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O MERCADO DA MÍDIA E A DEMOCRACIA	5
<i>Cristine Rahmeier Marquette</i>	
CAPÍTULO 2 A COMUNICAÇÃO CRISTÃ ATRAVÉS DA MÚSICA: SUA RELAÇÃO COM AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E A IDENTIDADE DO NOVO MOVIMENTO PÓS-GOSPEL.....	15
<i>Isabelle Loureiro Tavares</i>	
<i>Mirian Martins da Motta Magalhães</i>	
CAPÍTULO 3 A GREVE GERAL DE 1917 PELA EBC: UMA REFLEXÃO SOBRE O IMAGINÁRIO NA COBERTURA DA ESTATAL DE COMUNICAÇÃO BRASILEIRA A UM DOS EVENTOS MAIS MARCANTES DA HISTÓRIA	30
<i>Tarcis Prado Junior</i>	
<i>Moises Cardoso</i>	
<i>Franco Iacomini Junior</i>	
<i>Antonio Carlos Persegani Florenzano</i>	
<i>Patricia de Andrade</i>	
CAPÍTULO 4 A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: 40 ANOS DE TRAJETÓRIA NA INTERCOM	44
<i>Maria Salett Tauk Santos²</i>	
CAPÍTULO 5 A VELOCIDADE NA COMUNICAÇÃO: QUESTÕES DE EMISSÃO E RECEPÇÃO NA SOCIEDADE DA CIBERCULTURA.....	54
<i>Dirceu Martins Alves</i>	
CAPÍTULO 6 AS ORGANIZAÇÕES COMO ESTRUTURAS DE INTERAÇÃO COMUNICATIVA	68
<i>Selma Regina Ramalho Conte</i>	
CAPÍTULO 7 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO COMO EIXO ESTRATÉGICO NO ÂMBITO EMPRESARIAL: APONTAMENTOS INICIAIS PARA UM PLANO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA NA UNIMED AGRESTE MERIDIONAL.....	81
<i>Tárcila Driely de Souza Cabral</i>	
<i>Ingrid Andressa de Almeida Querino Azevedo</i>	

CAPÍTULO 8 | CENSURA X LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A COBERTURA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO EM CENÁRIOS DE CORRUPÇÃO POLÍTICA..... 92

Carla Montuori Fernandes

Genira Correia Chagas

Márcio Bico

CAPÍTULO 9 | CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ COMO ACONTECIMENTO: PATRIMÔNIO DE QUÊ, PRA QUEM? 107

Fernanda Safira Soares Campos

Heloisa de Lima Gomes

Leonardo Rodrigues Corrêa

Pedro Pinto de Oliveira

CAPÍTULO 10 | CULTURA COMPARTILHADA EM COMUNIDADES VIRTUAIS: CONVERSAS SOBRE O VEGANISMO 119

Karime KAMEL

CAPÍTULO 11 | ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS PARA SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADAS À ADEQUAÇÃO DA PAISAGEM RURAL AO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO..... 134

Márcia Izabel Fugisawa Souza

Tércia Zavaglia Torres

Nadir Rodrigues Pereira

João dos Santos Vila da Silva

Daniel Rodrigo de Freitas Apolinário

CAPÍTULO 12 | MARKETING DE RELACIONAMENTO COMO FERRAMENTA DE RETENÇÃO DE CLIENTES: ESTUDO DE PROGRAMAS DE FIDELIDADE DE JORNAIS BRASILEIROS..... 149

Guaracy Carlos da Silveira

Fernando Augusto Carvalho Dineli da Costa

CAPÍTULO 13 | TEORIA CRÍTICA E COMUNICAÇÃO NA ERA DIGITAL: CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO PARA A CONDIÇÃO MIDIÁTICA CONTEMPORÂNEA1..... 162

Tarcísio de Sá Cardoso

Jenifer Santos Souza

CAPÍTULO 14 | A REPRESENTAÇÃO DA MÍDIA JORNALÍSTICA NA GRAPHIC NOVEL “PÉRSEPOLIS” 176

Ana Beatriz Leite de Souza

Diego dos Santos Barbosa

CAPÍTULO 15 ENQUADRAMENTOS E CONSTRUÇÕES DA REALIDADE: A ANÁLISE COMPARATIVA DA COBERTURA DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 E 2015 NA REVISTA VEJA.....	189
<i>Christinny Matos Garibaldi Pires</i>	
CAPÍTULO 16 GUERRA E FOTOJORNALISMO: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA REVISTA REALIDADE NA COBERTURA DA GUERRA DO VIETNÃ.....	203
<i>Verônica Scheifer</i>	
<i>Carlos Alberto de Souza</i>	
CAPÍTULO 17 JORNALISMO DE VIAGEM: NARRATIVAS AUDIOVISUAIS DIGITAIS NO JORNALISMO ESPECIALIZADO DE TURISMO E A AUDIÊNCIA NO FACEBOOK	214
<i>Laíz SILVEIRA</i>	
<i>Valdecir BECKER</i>	
CAPÍTULO 18 LIVRO-REPORTAGEM MEMÓRIAS DE FOGO E DE DOR.....	227
<i>Tatiane Milani</i>	
<i>Rubia Steffens</i>	
<i>Luciane Volpatto Rodrigues</i>	
<i>Tatiane Dos Santos Pacheco</i>	
<i>Alessandra Francieli Weiler</i>	
CAPÍTULO 19 O INVERNO NO PAÍS DO VERÃO: UMA ANÁLISE SOBRE TELEJORNALISMO E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS URBANOS	234
<i>Ana Carolina Rocha Pessoa TEMER²</i>	
CAPÍTULO 20 O JORNALISMO PERITO E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS	249
<i>Doraci Masiero Jacobus</i>	
CAPÍTULO 21 O NOVO MODELO DE COMUNICAÇÃO NO JORNALISMO PÓS INDUSTRIAL: CASE CATRACA LIVRE	263
<i>Luiza Teixeira do Nascimento</i>	
<i>Rhanica Evelise Toledo Coutinho</i>	
CAPÍTULO 22 O PERFIL INOVADOR DAS TRÊS ÁREAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (JORNALISMO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA E RELAÇÕES PÚBLICAS).....	276
<i>Aniele Uhlmann Spinosa</i>	
<i>Daniele Iachecen</i>	
<i>Kelly Balbino</i>	

CAPÍTULO 23 | OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA (1998-2016): O FIM DO DEBATE CRÍTICO SOBRE O JORNALISMO BRASILEIRO NA TV PÚBLICA**290**

Lilian Saback de Sá Moraes

CAPÍTULO 24 | QUAL A LINHA EDITORIAL E POLÍTICA DOS COMUNICADORES MAIS INFLUENTES NAS REDES SOCIAIS? UMA ANÁLISE DA COBERTURA DA VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF **301**

Maíra BITTENCOURT

César MAIA

CAPÍTULO 25 | RECONFIGURAÇÃO MIDIÁTICA SEGUNDO CONCEITOS DE CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADÃO.COM.BR E HUFFPOST BRASIL.....**315**

Jonas Gonçalves

Edson Capoano

SOBRE OS AUTORES**327**

CENSURA X LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A COBERTURA DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO* EM CENÁRIOS DE CORRUPÇÃO POLÍTICA

Carla Montuori Fernandes

*Universidade Paulista (UNIP), Pós-Graduação em Comunicação
São Paulo - SP*

Genira Correia Chagas

*Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assessoria de Comunicação
São Paulo - SP*

Márcio Bico

*Universidade Paulista (UNIP), Pós-Graduação em Comunicação
São Paulo - SP*

RESUMO: A comunicação é inalienável ao ser humano, pelo simples fato da vivência em sociedade. Mas nem sempre foi revestida de tal importância. Mesmo reconhecida pela Unesco, por Estados e estudiosos como meio essencial ao vigor de sociedades democráticas, ela ainda sofre restrições, seja de organizações privadas ou do Estado. Este artigo trata de censura e de liberdade de informar, tendo como paradigma o jornal *O Estado de S. Paulo* em dois momentos da história recente: quando impedido de informar sobre a Operação Fator, que envolve a família Sarney; e quando possui livre arbítrio para apoiar a Lava-Jato, operação a investigar um mega esquema de corrupção praticada por políticos dos altos escalões da República. Busca-se expor como as forças do jogo político-partidário relativizam o direito de informar e de ser informado, embaralhando a formação da agenda política.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Direito; Censura.

ABSTRACT: Communication is inalienable to being human, by the mere fact of living in society. But it was not always treated with such importance. Although recognised by Unesco, States and scholars as an essential means to keep democratic societies in order, it has restrictions, either from private organizations or the state. This article deals with censorship and freedom to inform, having as paradigm the newspaper O Estado de S.Paulo at two moments in recent history: when prevented from reporting on Operation Fator, which involves the Sarney family; And when it has free will to support the Lava-Jet, an operation to investigate a mega scheme of corruption practiced by politicians of the highest echelons of the Republic. It seeks to explain how the forces of the party-political game relativize the right to inform and to be informed, shuffling the formation of the political agenda.

KEYWORDS: Communication; Right; Censorship.

INTRODUÇÃO

A centralidade da comunicação na contemporaneidade vem ensejando a constante necessidade de debates sobre esse tema, cada vez mais entendido como elemento vital às democracias e ao desenvolvimento humano. Em grande medida, cabe ao sistema de jornalismo a missão de informar sobre os acontecimentos cotidianos, os quais nos enredam e contribuem para formar nossas percepções sobre o mundo. No âmbito da Unesco, organismo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, a partir das discussões envolvendo a comunicação, nasceu a ideia e o conceito *direito de comunicar*, o qual tem gerado estudos, publicações e semeado o debate, sobretudo a partir do advento da internet, da explosão das plataformas de comunicação e de sua utilização massiva.

Mesmo que não se trate de um direito reconhecido internacionalmente, a comunicação reúne em si alguns elementos básicos, mencionados por Fischer (1984, p. 45) como “direito dos indivíduos, direito dos meios de comunicação ou da mídia, direitos de comunidades locais, nacionais e internacionais”. Ainda de acordo com Fischer (1984, p. 45), para os indivíduos, o desdobramento desses direitos resultaria em “liberdade de opinião e expressão, direito de ser informado, direito de informar, proteção da privacidade, liberdade de movimento, direito de reunião e de acesso a fontes de informação”. Os órgãos de imprensa tiveram esses direitos específicos acrescidos de outros igualmente importantes, como acesso a fontes de informação, direito de publicar e garantia de manutenção de sigilo profissional.

Na esteira das discussões sobre os problemas de comunicação, nos anos 1980 foi elaborado um extenso documento sob a orientação da Unesco que, dada a permanência do debate sobre liberdade de expressão, mantém-se atual e ainda subsidia estudos dessa natureza. Intitulado *Un solo mundo, voces múltiples: comunicación y información en nuestro tiempo*, o relatório destaca a comunicação como um instrumento de natureza política, econômica, social, educativa e cultural. Para efeito deste texto, serão enfocadas características políticas e sociais a envolver o tema.

Um aspecto destacado no documento da Unesco, conhecido como Relatório MaCBride, refere-se à importância para o debate político do conceito de liberdade, ainda que seja algo de difícil definição. MaCBride y otros (1980, p.43) enfatizam: “É certo que a palavra ‘liberdade’ (como ‘democracia’, ‘socialismo’ e ‘paz’) se interpreta de diversas maneiras, e torna-se difícil encontrar uma definição universalmente aceita de ‘liberdade’ ou inclusive de ‘liberdade de expressão’”.

Segundo o Relatório, o *direito de comunicar*, em seu sentido mais amplo, significa legar ao cidadão o direito à informação, um instrumento importante a ajudá-lo em decisões sobre questões públicas que possam afetar sua vida cotidiana, além de contribuir com o enriquecimento de ideias e opiniões. MaCBride y otros

(1980, p.44) assinalam que “o auge dessa liberdade seria o direito do jornalista de conhecer fatos e documentos, a fim de acabar com o segredo que envolveria assuntos políticos, e a liberdade de publicar a informação obtida”. Por trás dos segredos, como veremos neste artigo, escondem-se episódios de corrupção a contribuir com a fragilidade de democracias.

A diversidade de fontes de informação e o livre acesso a elas são aspectos importantes que chamaram a atenção dos autores do referido relatório. Para eles, tratam-se de critérios fundamentais a garantir a liberdade de informação.

Quando os grupos dominantes controlam estas fontes, a liberdade resulta violada, em qualquer sistema político. É necessária uma ampla gama de informação e opinião para que os cidadãos formem consciências bem fundamentadas sobre questões públicas. Este é um fundamento dos sistemas de comunicação em sociedades democráticas. (MACBRIDE Y OTROS, 1980, p.47).

A respeito da diversidade de fontes os autores acrescentam duas considerações:

Primeira, uma diversidade de fontes não é uma garantia automática da confiabilidade da informação, mesmo que isso dificulte a falsificação deliberada. Segunda, a diversidade não significa a mesma coisa que pluralismo das opiniões. As redes de comunicação deveriam ser tão diversificadas e independentes entre si como as fontes de informação, do contrário, a diversidade torna-se pura fachada. (MACBIDE Y OTROS, 1980, p.47).

Nesta discussão sobre o *direito de comunicar* e seus desdobramentos é importante ressaltar, como adverte Stroppa (2010), que a autonomia do direito de comunicar visa possibilitar ao cidadão um fluxo de informação indispensável para que participe ativamente da gestão da coisa pública. Diante da faculdade dos meios de comunicação para selecionar o que deve ser publicado, a autora esclarece:

Na verdade, apesar da dificuldade de controle dos dados obtidos pelos meios de comunicação, a eles é conferida a liberdade de atuação, mediante a liberdade editorial, imprescindível para que consigam realizar a sua função informativa sem qualquer imposição política e ideológica. (STROPPIA, 2010, p.81).

São diversas as razões que justificam o *direito de comunicar*, tanto do ponto de vista individual e coletivo, como das corporações de mídia. Paradoxalmente, o desenvolvimento dos meios técnicos, o qual deveria beneficiar a ampla circulação de informação, resultou em desequilíbrios em face à concentração, favorecida por questões políticas e de ordem financeira. No Brasil, o debate sobre liberdade de

expressão não tem obtido êxito em razão da ausência de um marco regulatório e da consequente concentração dos meios, tanto impressos como da radiodifusão. Moraes assinala:

Um reduzido número de megagrupos controla, de maneira oligopólica, expressiva parcela da produção e da difusão de dados, sons e imagens, exercendo larga influência na conformação do imaginário social. Esses conglomerados ambicionam lucratividade a qualquer preço e pregam a regulação das demandas coletivas pelo mercado, sem levar na devida conta identidades, tradições e anseios dos povos (MORAES, 2009, p. 109).

As questões identificadas pelos autores citados nesta introdução são recorrentes no sistema de imprensa brasileiros. Por exemplo, além da concentração dos meios e da influência das agências de notícias, essas responsáveis por replicar os mesmos fatos por diversas mídias, o exercício cotidiano de produção de informação incorre na repetição sistemática de fontes, seja por vício ou por questões relacionadas às condições precárias de trabalho. Dessa forma, é comum que as fontes de um determinado tema se repitam em todos os veículos, impressos ou eletrônicos. À parte a reprodução de fontes, os veículos convivem, ainda, com censura imposta por juízes, ou seja, promovida por órgão do Estado, que os proíbem de divulgar determinados assuntos, como veremos no artigo, incorrendo em cerceamento de liberdade editorial. Paradoxalmente, o Estado promove a censura, quando deveria ser o guardião da Constituição, dado que a comunicação é um tema constitucional.

Assim sendo, este artigo trata exatamente de apontar a relatividade do conceito, de acordo com os interesses em jogo. Como paradigma, selecionamos o jornal *O Estado de S.Paulo* pela abrangência da circulação.

CENSURA AO JORNAL O ESTADO DE S.PAULO – OPERAÇÃO FAKTOR

O objetivo deste texto não é discutir a linha editorial do periódico, mas expor, com acontecimentos políticos recentes, as motivações que dificultam o *direito de comunicar*, fragilizando democracias e, por vezes, favorecendo regimes ditatoriais.

Em 4 de janeiro de 2016, o jornal paulista *O Estado de S.Paulo* festejou seu império com uma matéria, publicada no caderno de política, intitulada “141 anos pela liberdade de expressão”. O sub-título destaca: “Estado completa aniversário de fundação sob censura judicial, mas sem abrir mão da defesa do livre exercício da atividade de imprensa” (Estadão, 4 de jan. de 2016). O título chama a atenção para a questão do *direito de comunicar*, discutida na introdução deste artigo.

Na matéria, o autor José Maria Mayrink relata as causas políticas e sociais encampadas pelo jornal ao longo de sua história, como a Abolição. Lembra, ainda, as ações contra a censura imposta ao periódico durante períodos de inflexão, entre os quais, a Primeira Guerra Mundial; Revolução de 1924, ou a revolta dos paulistas contra o presidente Arthur Bernardes; as perseguições do Estado Novo comandadas por Getúlio Vargas; a ditadura do Regime Militar de 1964. Mais recente, a censura judicial de 2009, tema deste artigo, que impede o jornal de investigar a Operação Boi Barrica, rebatizada de Operação Faktor e de publicar matérias sobre o assunto. A operação Boi Barrica da Polícia Federal teve seu nome inspirado num grupo folclórico maranhense, uma das principais atrações do Marafolia, carnaval fora de época de São Luís, promovido pelo Grupo Mirante de Comunicação, da família Sarney. A Operação foi rebatizada de Faktor, em função do grupo Boi Barrica acionar a justiça em julho de 2009, incomodado com a homônima policial. Mayrink (2016, p. A6) escreve:

Censura chega a 2.288 dias

Desde 30 de julho de 2009, decisão do desembargador Dácio Vieira, do Tribunal Federal de Justiça do Distrito Federal, impede O *Estado* de publicar informações sobre investigações envolvendo o empresário Fernando Sarney. O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal, onde foi distribuído à ministra Carmem Lúcia, que julgará recurso extraordinário, imposto pelo advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira.

A investigação da Operação Faktor pela Polícia Federal (PF) tinha como objetivo apurar transações ilícitas de Fernando Sarney, filho do então Senador José Sarney, na campanha eleitoral de sua irmã Roseana Sarney Murad (PMDB) para governadora do Estado do Maranhão, em 2006. As investigações concentravam-se nas movimentações atípicas das contas bancárias de Fernando Sarney, de sua esposa Teresa Cristina Murad Sarney e da Gráfica Escolar, que imprime o jornal *O Estado do Maranhão*. A suspeita que inicialmente recaía sobre possível formação de caixa dois na campanha de Roseana revelou um esquema criminoso. A justificativa para a investigação foi um saque de dois milhões de reais em dinheiro realizado por Fernando Sarney.

As movimentações bancárias despertaram a atenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão cuja função é combater crimes como lavagem de dinheiro, que imediatamente acionou a Polícia Federal. Em 16 de fevereiro de 2007 foi instalado o inquérito pela PF que solicitou a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas e dos indivíduos envolvidos nas transações. Durante a investigação, a PF encontrou indícios de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, remessa ilegal de divisas e tráficos de influência.

Uma sequência de diálogos gravados pela PF, somando 300 minutos, mostrou Fernando Sarney não apenas como operador dos negócios da família, mas também

com trânsito na esfera política. Carvalho (2013) expõe que a PF encontrou provas de que Fernando Sarney utilizava o prestígio do pai para indicar nomes em ministérios e empresas estatais. Em uma das interceptações, solicitava ajuda do pai para acomodar um amigo na Eletrobrás, então sob a égide do Ministro de Minas e Energia Edison Lobão (PMDB).

Além da uma extensa rede de tráfico de influência, o jornal *O Estado de S. Paulo* tornou público, no dia 22 de julho de 2009, trecho da gravação da PF que trazia um diálogo de negociação entre José Sarney e seu filho Fernando Sarney, para a nomeação do namorado da neta, para um cargo no Senado. Imediatamente, Fernando Sarney solicitou à 12ª Vara Civil de Brasília que o jornal fosse impedido de publicar novas informações sobre ele e sua família.

Baseado no art. 5, inciso X, da Constituição Federal de 1988, que considera inviolável a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de pessoas, o desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) concedeu liminar, em 31 de julho de 2009, proibindo o jornal *O Estado de S. Paulo* de publicar reportagens sobre a ligação da família Sarney com as investigações da PF. O caso foi contestado pelos advogados do jornal com cinco recursos de exceção de suspeição ao desembargador Dácio Vieira, solicitando que ele redistribuísse a **ação por se considerar impedido** para julgar o caso, em razão das relações de proximidade como a família Sarney. Sem sucesso, o jornal ingressou com um mandato de segurança com o objetivo de anular a decisão de Vieira, mas a censura foi mantida pelo desembargador Waldir Leôncio Cordeiro.

Cundari e Bragança (2011) elucidam que somente após alguns meses da imposição da censura prévia ao jornal, Vieira foi afastado do caso e o instrumento judicial com a proibição foi redistribuído. Em 30 de setembro de 2009, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal encaminhou para a Justiça Federal do Maranhão as ações de censura propostas por Fernando Sarney, por entender que não possuía competência para analisar o caso, apesar de manterem a liminar de censura ao jornal.

Com a recusa dos desembargadores, o caso foi conduzido para o Tribunal de Justiça. O jornal também recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) com um recurso de reclamação, em que destacava, segundo Cundari e Bragança (2011), que as gravações tratavam de assuntos de interesse público, por revelarem supostas práticas nepotistas, com favorecimentos governamentais dos bens públicos. A tese proferida pelos advogados de que a censura desrespeitava a extinta Lei da Imprensa e o artigo 220 da Constituição Federal de 1988 foi recusada, em dezembro de 2009, por seis ministros do STF. O art. 220, da CF de 1988, garante: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Eles decidiram arquivar as interpelações que reclamavam o pleno direito à liberdade de

expressão do jornal. No entanto, a sentença do STF não julgou o mérito da ação, ou seja, a constitucionalidade da censura adotada contra o jornal.

Em 2016, quase seis anos após a censura, o processo encontra-se em poder do relator Benedito Gonçalves, ministro do Superior Tribunal de Justiça, que deve decidir se a competência de julgar o recurso é do Tribunal de Justiça Maranhense ou do Distrito Federal.

CAPITAL POLÍTICO DA FAMÍLIA SARNEY

As motivações que justificaram o pedido de censura judicial da Operação Faktor remontam a práticas antigas de sonegação de informação da família Sarney, sustentadas pela posse de um conglomerado de meios de comunicação e por um imenso capital político reforçado ao longo do tempo. Atualmente, o Sistema Mirante de Comunicação, de propriedade da família, totaliza quase que integralmente todas as emissoras de rádio e televisão do Estado do Maranhão:

Um jornal diário com tiragem média de 10 mil exemplares (16 mil aos domingos), um portal de internet, uma emissora de televisão afiliada à Rede Globo, com cinco concessões (TV Mirante de São Luís, TV Mirante Cocaís, TV Mirante Imperatriz, TV Mirante Santa Inês e TV Mirante Açailândia), uma emissora de rádio AM que opera em 20 retransmissoras no interior com cobertura em 200 dos 217 municípios, e uma rádio FM com 18 emissoras (SOUZA; PINTO, 2015, p. 5).

A trajetória política da família Sarney, projetada por José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney ou simplesmente José Sarney, se entrelaça com idas e vindas em diversos partidos. Durante a ditadura militar Sarney encampou, ao lado do regime ditatorial, a derrocada do coronelismo rural, representado por Vitorino Freire (PDS), seu padrinho político. Em 1965 foi eleito governador do Maranhão pela União Democrática Nacional (UDN). No poder, enfraqueceu o victorinismo e rearranjou as bases patrimonialistas da gestão anterior.

Para Bonfim (1985), com o político “se efetivou a mudança do coronelismo rural, representado por Vitorino, para o coronelismo urbano, corporificado pelo jovem Sarney” (BONFIM, 1985, p. 18). O coronelismo perdurou durante a República Velha (1889-1930) e se caracterizou por troca de favores entre o poder público e o privado. A relação se estabelecia por meio dos chefes políticos locais – os coronéis –, parentes ou aliados que, com prestígio ou propriedades rurais, exerciam influência política sobre a população, dependente do trabalho rural para sobreviver (CARVALHO, 1997).

Já o coronelismo urbano ou clientelismo, segundo a literatura política, está associado à formação de clientelas com a utilização de recursos públicos, como

exemplifica as investigações da Operação Fator pela PF. Na prática, a liderança de José Sarney se constituiu em grande medida pela sua influência pessoal sobre a população, caracterizado pelo personalismo político e substituição “de uma oligarquia fundada em bases rurais, por outra baseada no universo urbano e na ideia do novo” (GUILHON, 2007, p.11).

Como governador, Souza e Pinho (2015) citam que Sarney criou a TV Educativa do Maranhão e alterou a dinâmica do Diário Oficial, que passou a veicular, na primeira página do jornal, notícias do governo, com ênfase nas ações do governador.

A primeira outorga audiovisual, rádio Mirante FM, enumeram Souza e Pinho (2015), foi concedida durante o regime militar, em 1981. A TV Mirante data de 1987, quando Sarney já ocupava a Presidência do Brasil. Durante o mandato presidencial (1985 a 1989), o Sistema Mirante de Comunicação tornou-se um conglomerado. O então presidente Sarney foi o responsável por consolidar, junto ao Congresso Nacional, a prática do coronelismo eletrônico (SANTOS; CAPARELLI, 2005), ao outorgar concessões de rádio e televisão a parlamentares em troca de apoio político. No período que compreendeu a votação da Assembleia Nacional Constituinte, de 15 de março de 1985 a 5 de outubro de 1988, Sarney outorgou 1.028 concessões.

Além do apoio ao mandato de cinco anos, Sarney atuou em benefício próprio autoconcedendo sete das três geradoras de TV. Souza e Pinto (2015) apontam que entre 1985 e 1990, o Sistema Mirante passou de 37 emissoras para 85 em todo o Estado. Desde então, sucessivas reformulações técnicas foram incorporadas ao Sistema. Em 1991, a TV Mirante tornou-se retransmissora da Rede Globo e, no ano seguinte, a rádio Mirante AM entrou no ar.

Vale destacar que a importância de Sarney no cenário nacional não se restringe às conquistas midiáticas. Além da máquina estadual no Maranhão, sob o controle de sua família durante 50 anos ininterruptos, ele exerceu domínio da máquina federal de 1995 a 2013, ocasião em que ocupou a presidência do Senado, pelo PMDB. Durante os últimos anos no Senado, tornou-se alvo de quatro ações no Conselho de Ética, movidos por supostas irregularidades, entre denúncias de nepotismo, práticas de corrupção e manutenção de contas secretas no exterior.

LIBERDADE DE INFORMAÇÃO – OPERAÇÃO LAVA-JATO

A liberdade editorial conferida aos veículos de imprensa, conforme citado por Stroppa (2010), levou quase a totalidade dos veículos brasileiros a apoiar a Operação Lava-Jato. Com o jornal *O Estado de S.Paulo* não foi diferente.

Como se não bastasse o livre-arbítrio para informar sobre a referida investigação de corrupção, o periódico é assumidamente oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o Brasil por treze anos consecutivos. O PT foi o primeiro governo,

em nível federal, identificado com as classes trabalhadoras do país. Nos mandados de Luiz Inácio Lula da Silva (1/01/2003 a 31/12/2010) e de Dilma Rousseff (1/01/2011 a 31/08/2016) políticas públicas de interesse social foram colocadas em pauta e foram responsáveis por despertar um sentimento de pertencimento no segmento populacional beneficiado por tais políticas.

Em paralelo a essas iniciativas, agentes políticos do PT, que operaram no alto escalões do governo petista, foram autuados pela Operação Lava-Jato, desencadeada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, em 2014, para investigar a participação de doleiros em organizações criminosas. Acabaram recolhendo indícios de um mega esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo as principais empreiteiras do país. As investigações levaram os delegados a descobrir uma sequência de fraudes entre 2004 e 2014. Em razão do volume de dinheiro desviado da petroleira, os investigadores estimularam as delações premiadas dos agentes condenados – confissões dos esquemas em troca da redução de penas. Assim, Lula foi citado e passou a ser um dos investigados pela Lava-Jato, inclusive por meio de escutas telefônicas.

Sem foro privilegiado, Lula entrou na mira do Juiz Sergio Moro, da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, onde se desenrola a Lava-Jato. Após ser levado para depor, de forma coercitiva, em 4 de março de 2016, o ex-presidente foi convidado pela então presidente Dilma Rousseff para ser ministro-chefe da Casa Civil. No dia do anúncio, 16 de março de 2016, a força tarefa de Curitiba retirou o sigilo das escutas telefônicas de Lula e liberou o áudio de uma conversa entre a presidente e Lula, contribuindo para ampliar o clima de tensão política.

Conversa com Dilma

Dilma: “Alô”

Lula: “Alô.”

Dilma: “Lula, deixa eu te falar uma coisa.”

Lula: “Fala, querida. Ahn?”

Dilma: “Seguinte, eu tô mandando o ‘Bessias’ junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!”

Lula: “Uhum. Tá bom, tá bom.”

Dilma: “Só isso, você espera aí que ele tá indo aí.”

Lula: “Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando.”

Dilma: “Tá?!”

Lula: “Tá bom.”

Dilma: “Tchau.”

Lula: “Tchau, querida.” (G1, 16 de mar. de 2016)

Diferente do ocorrido com a Operação Fator, sobre a qual o jornal O Estado de S.Paulo foi impedido pelo TJDF de informar, a Operação Lava-Jato tem recebido

ampla divulgação, inclusive com favorecimento da justiça federal. No caso do grampo envolvendo Dilma e Lula, no mesmo instante em que ele foi liberado, as mídias eletrônicas já traziam a notícia, com consequências para o clima de tensão nacional. Na edição do dia 17 de março de 2016, o periódico dedicou toda a capa ao tema, com a seguinte manchete: “Gravação indica que Dilma tentou evitar a prisão de Lula”.

O editorial da edição (p.A3), intitulado “Golpe de Estado”, deu a tônica da oposição ao governo petista, sem qualquer censura judicial:

Não é outra coisa senão um golpe de Estado a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a chefia da Casa Civil do governo de Dilma Rousseff. Esse ato foi, simultaneamente, uma declaração de guerra aos brasileiros honestos e às instituições da República e a abdicação de fato da presidente Dilma de seu cargo, entregando-o de vez ao seu criador e consumando dessa maneira o tal “golpe” que o PT, Dilma e Lula tanto acusavam a oposição de tramar [...].

A repercussão do caso tomou todo o caderno de política da referida edição, inclusive com a opinião do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Para o magistrado (p.A7), “É preciso muita desfaçatez para obrar dessa forma com as instituições. É preciso ter perdido aquele limite que distingue civilização de barbárie”. No dia seguinte ao anúncio, o juiz federal Itagiba Catta Preta Neto, da 4ª Vara do Distrito Federal, concedeu liminar suspendendo a posse de Lula. A alegação foi de que: “A posse e o exercício no cargo podem ensejar intervenção indevida e odiosa na atividade policial, do Ministério Público e mesmo no exercício do Poder Judiciário, pelo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva” (OGLOBO, 17 de mar. de 2016)

Ao final da história, a liminar do juiz Catta Preta Neto foi derrubada e Lula tomou posse na Casa Civil em 17/03/2016. Mas no dia seguinte, respondendo a uma ação apresentada pelo PSDB e pelo PPS, o juiz Gilmar Mendes suspendeu a nomeação do ex-presidente e ainda manteve a investigação contra ele sob a competência do juiz Sergio Moro, de 1ª instância.

CAPITAL POLÍTICO DE LULA

Lula é um líder carismático que começou na política a partir de sua atividade sindical no ABC paulista. Ainda quando operário das Indústrias Villares manteve contato com as organizações sindicais por influência de seu irmão José Ferreira da Silva, o Frei Chico. Na eleição de 1969, para escolha da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), Lula foi eleito segundo suplente. No pleito de 1972, chegou a primeiro secretário. Em 1975 ganhou a presidência da entidade com 92% dos votos, passando a representar uma classe com cerca de cem mil trabalhadores.

A criação de uma dominação carismática, no sentido ‘puro’ aqui exposto, é sempre resultado de situações extraordinárias externas, especialmente políticas ou econômicas, ou internas, psíquicas, particularmente religiosas ou de ambas em conjunto. Nasce da excitação comum a um grupo de pessoas, provocada pelo extraordinário, e da entrega ao heroísmo, seja qual for seu conteúdo. (WEBER, 2004, p.332).

O Brasil estava saindo de um regime de exceção. A classe trabalhadora identificou na figura do operário a nova liderança capaz de representar suas aspirações políticas e sociais. Os discursos de Lula, sempre pautados nas necessidades e desejos da classe, carregados de sentimentos de solidariedade e esperança, contribuíram para a aceitação dele como líder sindical.

Respalhado pelos operários da indústria, a liderança de Lula ganhou relevância nacional a partir dos anos 1980, ocasião em que comandou mobilizações sindicais pelo país. Foi também em 1980 que ele, junto com um grupo de intelectuais, fundou o Partido dos Trabalhadores (PT). A criação do órgão reafirma a capacidade de comando de então líder sindical, que transfere suas pretensões políticas para uma instância partidária nacional, com força para levar as reivindicações das classes trabalhadoras ao centro da arena política. Em sua teoria, Weber (1999, p. 332) avalia a criação de uma instância burocrática, no caso o PT, como a forma natural para a sustentação de uma liderança, dada a instabilidade da dominação baseada no carisma.

Em 1982 Lula foi eleito deputado federal mais votado do país. No ano seguinte ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1984, participou como liderança sindical da campanha *Diretas Já* para a presidência da República. Em 1989 ocorreu a primeira eleição direta após o Regime Militar. O PT, então, lança Lula para disputar a Presidência. Perdeu para Fernando Collor de Mello. Nas duas eleições presidenciais seguintes perdeu para Fernando Henrique Cardoso.

Para vencer as eleições de 2002, o PT fez uma ampla aliança política com o PL, PCdoB, PCB e PMN. Além disso, lançou a “Carta ao povo brasileiro”, um documento no qual prometia o equilíbrio fiscal entre outras políticas para promover o crescimento do país. O documento era, acima de tudo, uma iniciativa para pacificar os ânimos do empresariado, receoso do que poderia acontecer com a economia com um líder sindical na presidência da República. Para coroar seu compromisso, Lula chamou para seu vice o então senador e empresário José de Alencar. Em 2006 é reeleito. Com sua força política elege e reelege sua sucessora Dilma Rousseff (2011 a 2016).

Em depoimento ao cineasta Salles para o documentário *Entreatos* (2004), Lula opina sobre fatores que contribuíram para sua liderança: “Tudo o que eu sou não é fruto da minha inteligência não. É fruto da consciência política da classe trabalhadora brasileira. [...] Eu virei porta-voz de uma ansiedade que existia no meio

dos trabalhadores”. Após ascender à Presidência da República e ter tido em mãos o domínio da burocracia estatal, a outrora liderança sindical de Lula converteu-se em “direito adquirido,” nas palavras de Weber (1999, p.337). Nesse ponto de transformação da liderança, o autor considera: “E precisamente nesta função alheia a sua índole torna-se ele um componente da vida cotidiana, pois a necessidade, à qual ele atende, é universal”. Lula tornou-se uma personalidade pública nacional controversa. É amado por uma parcela da população, que lhe garante sustentação política e execrado por outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a natureza abstrata do tema *direito de comunicar* em sua abrangência, a discussão sobre ele é inesgotável. Uma de suas sustentações teóricas envolve a área do direito, conquanto trata-se de algo assegurado constitucionalmente em muitos países. Nos exemplos deste artigo observamos a ingerência do Estado sobre o discurso público e a formação da opinião. Seja quando impede a veiculação da informação ou quando a estimula.

Os dois episódios citados envolvendo o Jornal *O Estado de S.Paulo* dão a dimensão da forma como os órgãos de imprensa do Brasil, sob influência do judiciário, trabalham com o conceito *direito de comunicar*, na amplitude proposta pelo Relatório MacBride. Tal dimensão foi enriquecida pela pesquisa para este artigo com o levantamento do histórico da acumulação de capital político da família Sarney, cujo Sistema Mirante de Comunicação lhe confere poder e prestígio nos círculos por onde trafega como também explicitado neste texto.

O estudo buscou, como contraponto, destacar o surgimento de Lula como líder popular, sua chegada ao mais alto posto da República, a oposição sistemática dos veículos de imprensa a ele e seu partido. Some-se a esses fatores, a ação da justiça em circunstâncias semelhantes a que motivou a censura na Operação Fator.

Em obra que trata dos dilemas enfrentados no campo da liberdade da expressão, Fiss (2010, p. 4) assinala que o “Estado é, ao mesmo tempo, um inimigo mortal e um amigo imprescindível dessas liberdades”. No caso da Operação Fator, mostra-se um inimigo, entrando em contradição com sua função de proteger os direitos do cidadão. O Estado tem como finalidade:

(...) assegurar a liberdade política do cidadão – e não a mera liberdade expressiva. Assim, o propósito último das garantias de liberdade de expressão e de imprensa é o de fomentar um ‘robusto, aberto e livre debate público, que prepare o cidadão para deliberar sobre assuntos de interesse geral (FISS, 2010, p.4).

Ao garantir a censura da Operação Fator, o juiz contribui para esconder do público os malfeitos da família Sarney, protegendo-a do julgamento dos leitores e facultando que ilícitos continuem a ser praticados. O silêncio sobre a corrupção organizada pela família, aliado ao capital político que ela acumulou, favorece a que se mantenha no poder por tanto tempo. Tal capital político é alimentado positivamente pela cadeia de veículos de imprensa que comanda.

Por outro lado, embora possua capital político, Lula é um líder popular cujo pensamento diverge daquele praticado pelas antigas lideranças. Sendo assim, capitaliza críticas negativas contra suas ações e ideias, as quais favorecem o enfraquecimento de sua liderança. As mídias alternativas que lhe favorecem não possuem a força de penetração das grandes corporações, resultando em desequilíbrio de vozes e opiniões.

(...) a mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses sociais. As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas essa representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia. (MIGUEL, 2014, p.153).

Tendo como paradigma os casos apontados neste artigo, observa-se que não se pode contar com os meios de comunicação para formar juízo crítico, considerando os interesses políticos e econômicos que permeiam toda a circulação de informação. Os interesses em disputa transformam um direito considerado fundamental, em algo de natureza política. Risuppl. Sp. Ihiliss ulatus bon-supplicum derratra moente inatim

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 7 abr. 2016.

FISS, Owen M. **A ironia da liberdade de expressão: estado, regulação e diversidade na esfera pública**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BONFIM, Maria Núbia Barboza. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: EDUFMA/Secretaria de Educação, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual.Dados[online]**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Juliana. **Amorçados: uma história da censura e de seus personagens**. São Paulo: Manole, 2013.

CUNDARI, Paula Casari; BRAGANÇA, Maria Alice. A “censura togada” e o direito à informação. In: Encontro Nacional da História da Mídia, 7, 2011, Guarapuava. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. **Anais**. Guarapuava: Unicentro, 2011. p. 1-13. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/A%20201ccensura%20togada201d%20e%20o%20direito%20a%20informacao%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/A%20201ccensura%20togada201d%20e%20o%20direito%20a%20informacao%20(3).pdf)>. Acesso em 06 jan. 2016.

FISCHER, Desmond. **O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2007.

MaCBRIDE, Sean y otros. **Un solo mundo, voces múltiples – comunicación y información en nuestro tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MAYRINK, José Maria. 141 anos pela liberdade de expressão. **O Estado de S.Paulo**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,141-anos-pela-liberdade-de-expressao,10000006138>>. Acesso em 7 abr. 2016.

MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

PINTO, Pâmela. Reflexos dos laços entre mídia e política na imprensa brasileira. **Revista Ponto e Virgula**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 122-138, 2010.

SALLES, João Moreira. **Entreatos**. Documentário. Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Suzy; CAPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLANÕ, César Ricardo Siqueira (Org.). **Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder**. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, Ilse Gomes. Política e Ideologia no Maranhão: do Maranhão Novo ao Novo Tempo. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 6, 2013, São Luiz. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais**. São Luiz: Cidade Universitária de UFMA, 2013. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3estadolutassociaisepoliticaspublicas/ticaeideologianomaranhaodomaranhaonovoaoovotempo.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2016.

SOUZA, Li-Chang Shuen Cristina Silva; PINHO, Stephany Rodrigues. Jornalismo, Política e Coronelismo: o uso do jornal O Estado do Maranhão como ferramenta de construção de capital político nas eleições para o governo do Estado em 2014, 6, 2015, Rio de Janeiro. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. **Anais**. Rio de Janeiro: Compolítica, 2015. p. 1-21. Disponível em: <[http://www.compolitica.org/home/wp-](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT2-Sousa-e-Pinho.pdf)

[content/uploads/2015/04/GT2-Sousa-e-Pinho.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT2-Sousa-e-Pinho.pdf)>. Acesso em 05 abr. 2016.

STROPPIA, Tatiana. **As dimensões constitucionais do direito de informação e o exercício da liberdade de informação jornalística**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Sobre os autores

Alessandra Francieli Weiler Graduada em Comunicação Social Hab. Jornalismo- UFSM/FW – RS- Email: comunicacao.alessandra@gmail.com

Ana Beatriz Leite de Souzam Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará; E-mail para contato: anabmilk@gmail.com

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Informação e Comunicação- FIC, da Universidade Federal de Goiás. Pós-doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Diretora Regional Centro Oeste da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Coordenadora do GT Estudos de Periodismo da ALAIC – Asociación Latinoamericana de Investigadores de La Comunicación. e-mail: anacarolina.temer@gmail.com

Aniele Uhlmann Spinosa Graduação em Relações Públicas pela Universidade Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba (PUCPR); Curitiba- Paraná; E-mail para contato: anispinosa@icloud.com

Antonio Carlos Persegani Florenzano Mestrando em Comunicação e Linguagens, pela Universidade Tuiuti do Paraná e pesquisador no GP Jor XXI (PPGCOM – UTP). Membro do GP JOR XXI da UTP. Taxista PROSUP/CAPES, e-mail: abonico@gmail.com.

Carla Montuori Fernandes Professor da Universidade Paulista (UNIP); Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura das Mídias da Universidade Paulista (UNIP); Mestre em Comunicação e Cultura das Mídias pela Universidade Paulista (UNIP); Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Pós-doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); E-mail: carla_montuori@ig.com.br

Carlos Alberto de Souza Doutor em Ciência Humanas (Interdisciplinar) pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2005), Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS (1999) e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983). Especialista em Psicologia da Comunicação (UFSC) e em Comunicação Social - Universidade do Vale do Itajaí. Atualmente é professor Adjunto do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

e atua como coordenador do Grupo Foca Foto e Foto&Tec, além de trabalhar no Projeto de extensão Ade (Televisão) do Departamento de Jornalismo. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Fotojornalismo, Jornalismo, Rádio e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, fotojornalismo, comunicação, educação a distância, ensino e pesquisa. Atualmente tem se dedicado ao estudo da imagem (estática e em movimento) por meio do Grupo de Pesquisa Interart. Autor dos livros: - O Fundo do Espelho é Outro: Quem liga a RBS liga a Globo (1999) - Telejornalismo e Morte: a interdição do ver no noticiário televisivo (2008) - Coleção Mídias contemporâneas e Imagética (organizador) - Organizador dos livros: Impressão de Jornalista (volumes I, II e III), Coleção Imagética (v. I e II) e Coleção Mídias Contemporâneas (Volumes I e II)

César Maia Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; Doutorando em Sociologia na Universidade da Beira Interior – UBI; E-mail para contato: cesarpmm@hotmail.com

Christinny Matos Garibaldi Pires Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Bolsista do Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Comunicação da UFJF (PET - Facom) X; E-mail para contato: christinnyg@gmail.com

Cristine Rahmeier Marquetto Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Unisinos, e Mestra em Processos e Manifestações Culturais na Universidade FEEVALE (2015). Possui graduação em Comunicação Social - Habilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Trabalha na área de produção cultural, elaborando projetos para leis de incentivo e se envolvendo com políticas públicas de cultura. Também atuou como docente na instituição SENAC, em Canoas/RS, lecionando sobre cultura, comunicação, planejamento, eventos, projetos, produção, dicção e oratória. O foco de suas pesquisas tem sido a comunicação e os estudos culturais, tendo interesse nas áreas de democracia social e cultural, políticas públicas e educação.

Daniel Rodrigo de Freitas Apolinário Analista da Embrapa Informática Agropecuária; Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; E-mail para contato: daniel.apolinario@embrapa.br

Daniele Iachecen Graduação em Relações Públicas pela Universidade Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba (PUCPR); Curitiba- Paraná; E-mail para contato: daniele.iachecen@gmail.com

Diego dos Santos Barbosa Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará; E-mail para contato: diegosbarbosa95@hotmail.com

Dirceu Martins Alves Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus – Bahia. Membro do corpo docente do Departamento de Letras e Artes, atuando no Curso de Graduação em Comunicação Social – Rádio e TV. Graduação em Licenciatura Plena em Letras pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, FMU, Brasil. 1992. Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, Brasil. 1996. Mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Brasil. 2004. Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PCSP, Brasil. 2010. Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Mídia, Cultura, Tradição e traduções (ComMídiaCult/UESC/CNPq). Membro do grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura: Barroco e Mestiçagem, da PUC-SP/CNPq. (Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica). E-mail: dirceumalvez@gmail.com

Doraci Masiero Jacobus Graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Mestranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Grupo de pesquisa: Laboratório de Edição, Cultura e Design (LEAD)/CNPq; E-mail para contato: dmjacobus@uol.com.br

Edson Capoano: Professor pesquisador da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Membro do corpo docente do Programa de Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) de São Paulo; Graduação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo; Mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo; Doutorado em Comunicação e Cultura pelo Programa de Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP); Grupo de Pesquisa: Lógicas e Modelos de Gestão em Jornalismo; E-mail para contato: edson.capoano@gmail.com

Fernanda Safira Soares Campos Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Email: fsafirac@gmail.com

Fernando Augusto Carvalho Dineli da Costa Professor da Fundação Armando Alvarez Penteado – FAAP; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Marketing Digital da FAAP; Graduação

em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade Propaganda pela FAAP; Mestrado em Comunicação pela Universidade Paulista; fernandodineli@gmail.com

Franco Iacomini Junior Doutorando do PPGCOM em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Membro do GP JORXXI da UTP, e-mail:fiacomini@gmail.com.

Genira Correia Chagas Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); E-mail: genirachagas@uol.com.br

Guaracy Carlos da Silveira Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, pela Fundação Armando Álvarez Penteado. Mestrado em Comunicação Social – Comunicação Tecnológica e Científica, pela Universidade Metodista de São Paulo. Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Grupos de Pesquisa: Convergência: Escola expandida, linguagens híbridas e diversidade. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: guaracycarlos@gmail.com

Heloisa de Lima Gomes Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Email: heloisagomeslima@gmail.com

Ingrid Andressa de Almeida Querino Azevedo Graduada do 8º de período de Jornalismo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Bolsista do grupo de pesquisa “Panorama da programação televisiva em Alagoas”. ingrid.azevedo9@gmail.com

Isabelle Loureiro Graduada em Comunicação Social Jornalismo pelo Centro Universitário Augusto Motta. E-mail para contato: bellelouireot@gmail.com

Jenifer Santos Souza Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); São Paulo – SP; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2015) com bolsa CNPq. Cientista social pela mesma instituição (UNIFESP, 2012). É professora de sociologia na rede estadual, (Escola Estadual Padre Anchieta - SP) desde 2012, tendo experiência com as disciplinas de sociologia, história e filosofia. Além da atuação acadêmica, tem experiência profissional com o terceiro setor (ONGs). E-mail: jenifersouza@gmail.com

João dos Santos Vila da Silva Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária; Graduação em Licenciatura em Ciências – Habilitação em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS; Mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; Doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; E-mail para contato: joao.vila@embrapa.br

Jonas Gonçalves: Graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero;- Mestrado em Produção Jornalística e Mercado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) de São Paulo;- Grupo de Pesquisa: Lógicas e Modelos de Gestão em Jornalismo; E-mail para contato: jonasgoncalves@gmail.com

Karime Kamel Graduação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Tuiuti do Paraná; Mestranda em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná; Pesquisadora no Grupo de Pesquisa INCOM - Interações Comunicacionais, Imagens e Culturas Digitais (PPGCOM-UTP). Pós graduada em Marketing e Negócios pela Universidade Tuiuti do Paraná; Pós Graduada em Gestão de Pessoas pela UNINTER; E-mail para contato: karimekamel@icloud.com

Kelly Balbino Graduação em Relações Públicas pela Universidade Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba (PUCPR); Curitiba- Paraná; E-mail para contato: kellyfernandarp@gmail.com

Laíz Silveira Mestre em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Telejornalismo pela Faculdade de Ensino Superior da Paraíba. Professora substituta de Relações Públicas da UFPB. Email: laizfederal@hotmail.com

Leonardo Rodrigues Corrêa Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Leonardo.rc.correa@gmail.com

Lilian Saback de Sá Moraes Professora do Depto de Comunicação Social da PUC-Rio; Mestrado em Comunicação pela PUC-Rio; Doutorado em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ (Brasil) e pelo CIES do ISCTE-IUL (Portugal); Pós-doutorado pela PUC Minas (em andamento); Integrante do grupo de pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais/CNPq da PUC-Rio e pesquisadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) da ECO/UFRJ; E-mail: liliansaback@puc-rio.br

Luciane Volpato Rodrigues Graduada em Comunicação Social Hab. Jornalismo- UFSM/FW – RS; Pós-graduanda em Comunicação e Marketing pela Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU); Email: lucianevr@yahoo.com.br

Luiza Teixeira do Nascimento Graduação em Comunicação Social – Jornalismo pelo Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA; Luiza_vr@hotmail.com

Maíra Bittencourt Professora da Universidade Federal de Rondônia; Membro do corpo docente do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia; Graduação em Comunicação Social pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL; Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo – USP; Pós Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade da beira Interior – UBI; Líder do Grupo de pesquisa em Linguagens e Práticas Jornalísticas – LIPJOR; E-mail para contato: maira_bittencourt@hotmail.com

Márcia Izabel Fugisawa Souza Analista da Embrapa Informática Agropecuária Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL- Mestrado em Planejamento e Administração de Bibliotecas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP. Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; E-mail para contato: marcia.fugisawa@embrapa.br

Marcio Bico Bacharel em Direito e Jornalismo pela Universidade Paulista (UNIP); Mestre em Comunicação e Cultura das Mídias pela Universidade Paulista (UNIP); Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura das Mídias da Universidade Paulista (UNIP); E-mail: marciobico@hotmail.com

Maria Salett Tauk Santos Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Docente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE) e do Programa de Pós Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (PGDCS-UFRPE). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Comunicação, Tecnologia e Culturas Populares (POSMEX). Membro da equipe de Coordenação do Observatório de Extensão Rural - OBSERVATER, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pesquisadora membro da ORCID. Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1971), Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1982) e Doutorado em Ciências da Comunicação pela

Universidade de São Paulo (1994). Autora, entre outras obras, dos livros: Comunicação para o Desenvolvimento: redes da memória. 1. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2016; Extensão Rural - Extensão Pesqueira: estratégias de comunicação para o desenvolvimento. 2a. ed. Recife: Fundação Antonio de Souza Abranches - FASA, 2014. 693p (Parceria com o Prof. Brás Callou); Inclusão Digital, Inclusão Social?: usos das tecnologias da informação e comunicação nas culturas populares. 1. ed. Recife: Edições Bagaço, 2009. v. 1. 256p.

Mirian Magalhães Jornalista e professora no Centro Universitário Augusto Motta. Possui Mestrado em Tecnologia pelo CEFET/RJ, é Especialista em Gestão Estratégica em EAD e se graduou em Jornalismo em 1987 pela UGF. E-mail para contato: mirianmmm@yahoo.com.br

Moisés Cardoso Doutorando do PPGCOM em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Membro do GP JORXXI da UTP, e-mail: beiocardoso@gmail.com.

Nadir Rodrigues Pereira Analista da Embrapa Informática Agropecuária; Graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Faculdades Integradas Alcântara Machado – FIAM; Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; E-mail para contato: nadir.rodrigues@embrapa.br

Patrícia De Andrade Mestrando em Comunicação e Linguagens, pela Universidade Tuiuti do Paraná e pesquisador no GP Jor XXI (PPGCOM – UTP). Membro do GP JORXXI da UTP, e-mail: pathy_segatta@hotmail.com

Pedro Pinto de Oliveira Professor da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Pós Doutorado em Comunicação e Artes pela Universidade da Beira Interior (UBI) – Portugal; Email: ppo@terra.com.br

Rhanica Evelise Toledo Coutinho Professor do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA; Graduação em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário de Barra Mansa-UBM; Mestrado Profissional em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA; Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Trás-os-Montes e Alto D'ouro-UTAD (Portugal); Pesquisadora colaboradora LAGERES - Laboratório de

Estudo e Pesquisa na/para a Formação de Professores - CNPq (2010-2018)

Rubia Steffens Graduada em Comunicação Social Hab. Jornalismo- UFSM/FW – RS; Email: biasteffens@gmail.com

Selma Regina Ramalho Conte Bibliotecária Documentalista no Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Coordenadora do Programa de Gestão do Conhecimento (PGC) do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: selmaconte@gmail.com

Tárcila Driely de Souza Cabral Graduada em Jornalismo, curso inserido no Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista de Fomento Científico, Tecnológico e Extensão Inovadora – Desenvolvimento Institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). tarciladriely@gmail.com tarcila.cabral@fapeal.br

Tarcis Prado Junior Doutorando do PPGCOM em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Membro do GP JORXXI da UTP, e-mail: tarcisjr@yahoo.com.br.

Tarcísio de Sá Cardoso Universidade Federal da Bahia (UFBA)- Salvador – BA; Professor adjunto do Departamento de Comunicação da UFBA. Doutor em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD) pela PUC-SP com bolsa CAPES (2015). Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP com bolsa CNPq (2010). Desenhista Industrial pela UFBA (2006). Membro do grupo de pesquisa TransObjeto (CNPq). Desenvolve pesquisas interdisciplinares com interesse nos trabalhos de Charles S. Peirce e de Bruno Latour. Possui experiência de docência em cursos superiores na área de Comunicação e Filosofia desde 2010, com ênfase em Teorias da Comunicação, Semiótica, Teorias da cibercultura. e-mail: tcardoso@ufba.br

Tatiane dos Santos Pacheco Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria. Pós-Graduada em Gestão Estratégica de Pessoas da Uceff Faculdades. Email para contato: tatianne_pacheco@hotmail.com

Tatiane Milani Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do

Rio dos Sinos – Unisinos São Leopoldo/RS. Bolsista Capes/
PROEX Taxa. Email para contato: tatimilani10@gmail.com

Tércia Zavaglia Torres Analista da Embrapa Informática Agropecuária Graduação em Administração de Empresas pela Faculdades Integradas da Católica de Brasília – FICB; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR; E-mail para contato: tercia.torres@embrapa.br

Valdecir Becker Orientador do trabalho. Jornalista, mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento (2006,UFSC) e doutor em Ciências (Engenharia Elétrica, 2011, USP). Professor no Centro de Informática e nos Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Pós-Graduação em Computação, Comunicação e Artes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). valdecir@ci.ufpb.br

Verônica Scheifer Graduação em andamento em Jornalismo- Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-91-2



9 788593 243912